

A afirmação de uma identidade

Leomar Tesche*

Resumo

No presente artigo discutem-se as questões relativas à identidade, germanismo e cultura dentro de um grupo étnico que por anos teve de conviver com a busca por afirmação. O descaso do governo ocasionou a necessidade de se proteger culturalmente; passados 180 anos ainda não está totalmente esclarecido o fato de haver sobrevivido a tantas experiências de desconstrução de sua identidade. Alguns elementos formadores da cultura alemã foram determinantes como identificadores do ser alemão, entre eles as escolas, as sociedades, a prática da língua e a prática do Turnen. Nem todas as fontes documentais, as que ainda existem, foram trabalhadas, e lamenta-se as perdas por diversos motivos. Palavras-chave: Identidade. Germanismo. Cultura.

1 INTRODUÇÃO

Estudou-se um grupo étnico que se estabeleceu no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse grupo étnico, de procedência europeia, veio de um país que ainda não fora organizado, não unificado, tornando-se país apenas em 1871, até então formado por inúmeros estados. Tratam-se dos alemães.¹ Neste artigo contempla-se o Rio Grande do Sul, uma vez que os documentos utilizados estão mais próximos e “[...] os procedimentos e os acontecimentos foram idênticos entre os dois estados sulinos”, afirma Tesche (1996,

* Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba; Pós-doutor em Educação Física pela Universidade Eberhard Karl de Tübingen; professor-adjunto da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Rua Guilherme Tesche, 433, Bairro Emilio Tesche, 98910-000, Três de Maio, Rio Grande do Sul; leomar.tesche@unijui.edu.br

p. 13). A pergunta que norteou este trabalho foi a respeito de entender e levantar quais os elementos que auxiliaram na afirmação de uma identidade alemã no estado estudado.

2 CULTURA E GERMANISMO

A ebulição migratória na Europa atingiu também o Brasil no século XIX. Os motivos que levaram essas populações a emigrarem, na maioria das vezes, foram econômicos e, em sua minoria, os de perseguição político-religiosa, como os revolucionários de 1848 (os Brummer) e os habitantes da Alsácia – Lorena, após 1870, em virtude do conflito entre a Alemanha e a França, como também o desequilíbrio estrutural de certas sociedades da Europa. Willems (1980, p. 51) entende que a industrialização e a proletarização alteraram o *status*, sobretudo das camadas inferiores dessas sociedades, de modo a trazer-lhes perturbações do sistema tradicional de obrigações e compensações recíprocas. Para estudos posteriores e mais profundos sobre essa questão, a obra de Oberacker Júnior (1975) traz todo o encaminhamento da primeira corrente imigratória alemã para o Brasil, que ocorreu entre 1824 e 1829.

Para contornar as tensões sociais provenientes do aumento demográfico a Alemanha, muito cedo, cedeu a esse fenômeno migratório, que aconteceu, principalmente, aos Estados Unidos já no século XVIII. Dos anos 1820 a 1890 os alemães totalizaram 30% dos imigrantes dos Estados Unidos. Até 1908 havia em torno de 30 milhões de alemães no exterior. “Na sua grande maioria esses alemães tinham assistência cultural da Alemanha, principalmente pelo envio de professores e através de auxílio às escolas”, segundo dados fornecidos por Kreutz (1991, p. 13).

A imigração alemã no Rio Grande do Sul trouxe em torno de 200 mil alemães de diversas profissões e regiões. “Mas na sua grande maioria, agricultores da Pomerânia e do Hunsrück e o seu sistema econômico é o do pequeno agricultor”, completa Dreher (1984, p. 15). As primeiras levas que entraram no Rio Grande do Sul foram da região de Hamburgo, Holstein, Mecklenburg e Hanôver, com predominância de evangélicos (protestantes),² segundo dados fornecidos por Kreutz (1991, p. 17). Todavia, o elemento peculiar é quanto à organi-

zação sociocultural e religiosa, formando grupos homogêneos e construindo o seu mundo físico-social muito ao estilo da terra de origem, mantendo a língua, os costumes e as organizações típicas da sua terra natal. É aquilo que Kreutz (1991, p. 13) afirma: “[...] o de ter sido um dos raros casos em que imigrantes se estabeleceram na terra de adoção com um grau muito elevado de transplante cultural.”

Ribeiro (1996, p. 426), ao analisar a Região Sul do Brasil, destaca que os imigrantes/descendentes, sendo brasileiros como os demais, não saberiam viver nas pátrias de seus pais e avós. E porque são brasileiros, as suas lealdades fundamentais diferenciam-se da população na maneira de participar “na sociedade nacional”. O que os distingue é o bilinguismo, usando um idioma estrangeiro no seu cotidiano, muito dos hábitos que ainda mantêm identificando-os com sua origem, principalmente, no seu modo de viver. “A linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e, portanto, existe também para mim mesmo; e a linguagem nasce como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com outros homens”, registram Marx e Engels (1989, p. 43).

O projeto de colonização com pequenos proprietários, pensado pelo governo imperial e implementado na Feitoria da Linha Cânhamo, deu início à colônia de São Leopoldo, a primeira de uma série de núcleos coloniais disseminados pela Província de São Pedro. Esses núcleos, que fomentavam o reerguimento e desenvolvimento da agricultura no Rio Grande do Sul, contribuíram decisivamente para a organização do espaço.

Deve-se considerar que em sua totalidade a imigração alemã não é sinônimo de colonização, pois não se restringiu ao estabelecimento de núcleos de pequenos proprietários rurais. Para Ribeiro (1996, p. 438), a primeira geração de imigrantes enfrentou a dura tarefa de subsistir, enquanto abriam clareiras na mata selvagem, enfrentando, por vezes, índios hostis; de construir suas casas e estradas, vivendo uma existência trabalhosa e severa. Também houve uma imigração que se dirigiu a núcleos urbanos de origem lusa; exemplificando, Porto Alegre passou a ter uma expressiva comunidade alemã integrada por comerciantes e artesãos, cujo crescimento pouco teve a ver com o desenvolvimento dos núcleos coloniais. Está aí uma grande contribuição ao processo de urbanização no Rio Grande do Sul, como fator de modernização.

Entende-se que a grande contribuição foi a dos Brummer, citado anteriormente. Eles proporcionaram, no que diz respeito à política, ao comércio e à indústria, tanto em Porto Alegre quanto no Rio Grande do Sul grande impulso, aliás, eram considerados o fermento das colônias alemãs. Tubino (2007, p. 116-117) relata que havia um contrato de dois anos entre os Brummer e o governo. Grande número destes foram a Porto Alegre tornando-se artífices, impulsionando a economia, desenvolvendo o comércio e a indústria. Os de cursos superior direcionaram habilidades para o jornalismo, a literatura e magistério. Podem-se citar alguns que muito contribuíram para a cultura do Estado, como Karl von Koseritz, Karl Jansen, Hermann Rudolf Wendroth.

Transcreve-se na íntegra o texto de Herberle (2009) sobre os Brummer:

O binário “brummer” X colono acelerou o progresso da colônia de São Leopoldo e das demais. O brummer representou a cultura em boas escolas da Alemanha, e o colono a vontade férrea de trabalhar com vistas a um melhor bem-estar material, mas até então com horizontes bem restritos. Até o mais simples soldado brummer havia recebido instrução na Alemanha. E essa instrução era de muito valor numa região como o Rio Grande do Sul, onde era inexpressivo o número de escolas e matrículas.

Segundo o brummer Carlos von Koseritz, “os colonos alemães estavam ilhados em suas picadas de mata virgem há mais de 25 anos, sem apreciáveis ligações com a pátria de origem nem com o novo ambiente.” Estavam completamente por fora, como se diria hoje!

E este papel integrador foi o que representou para eles os brummer cultos. Segundo ainda Koseritz, o mais destacado dos últimos:

“Para os colonos alemães, os recém-chegados legionários constituíram verdadeiros lêvedos, ou melhor dito, substância de fomento que poderosamente incentivou o progresso material e cultural entre os imigrados, conquanto, inevitavelmente, trouxessem a seu meio algum germe de desídia”.

De 1824 a 1854, durante 30 anos haviam entrado no Rio Grande do Sul 7.491 imigrantes alemães, não computados os brummer, os ex-soldados dos batalhões do Imperador (27º e 28º Batalhões de Caçadores e Lanceiros alemães), comerciantes e outros. Com os nascimentos, é possível que o número de alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul já atingissem os 17 a 20 mil referidos pelo tenente Siber. O que se observa é que de 1849 até 1853 somente entraram no Rio Grande do Sul 164 imigrantes. Os brummer vieram recompor o ritmo imigratório interrompido, e compensá-lo culturalmente pela alta qualidade dos mesmos. Não só mais braços, como sobretudo cérebros e técnicos, até então em pequeno número. Os últimos lançaram os fundamentos da industrialização gaúcha. Em 1858, seis anos após o estabelecimento dos brummer no Rio Grande do Sul, já existiam em São Leopoldo 889 fábricas, oficinas e lojas, a maioria de propriedade dos brummer que ali se radicaram após deixarem o Exército.

As razões que levaram o governo imperial a fomentar e financiar esse projeto é de que já havia uma antiga intenção nesse sentido, pode-se confirmar nas afirmações de Porto (1934, p. 35):

Vem de longe, de épocas bastante afastadas, a ideia, mais tarde posta em execução, de colonizar o Extremo-Sul, na falta de casais de ilhéus, com elementos oriundos de países estrangeiros. Quando, em 1725, interessou-se o governo da metrópole pela fundação do Rio Grande do Sul, para qual se havia mandado João de Magalhães estabelecer povoação, tratou logo o Conselho Ultramarino, em suas consultas, de sugerir a el-rei a remessa de açorianos para a nova terra que se ia fundar. Objetaram-se, porém, certas dificuldades a fim de recrutar o número de casais dessa origem, para a colônia, e em seu despacho de 22-7-1729, achou o Conselho conveniente que se não instalando no Sul, nas povoações da colônia, e outras, casais de Ilhéus, e quando estes forem insuficientes, se podiam conseguir casais estrangeiros, sendo, alemães ou italianos e outras nações, que não sejam castelhanos, ingleses, holandeses e franceses.

Apenas a partir da resolução de 31 de março de 1824 é que houve a concretização do projeto, como destaca Piccolo (1994, p. 3):

Esperando-se brevemente nesta Corte uma colônia de alemães, a qual não pode deixar de ser reconhecida de utilidade pública para este Império, pela superior vantagem de se empregar gente branca e industriosa, tanto nas artes como na agricultura, e constando a Sua Majestade o Imperador que o terreno em que se acha o estabelecimento da Linha Cânhamo, na Província de São Pedro, é o mais apropriado para nele se estabelecerem os alemães [...]

Além da pressão inglesa contra o tráfico negreiro, não se pode esquecer de que toda a conjuntura da implantação da colônia de São Leopoldo era a do pós-independência; colocando a questão político-institucional: a construção do Estado Nacional no Brasil e dentro dessa questão a cidadania.

O projeto de imigração alemã não era apenas envolver-se na economia, mas sim no branqueamento³ da sociedade, integrando o universo ideológico da elite social e política brasileira. Era visto como necessidade e a imigração alemã deveria ajudar a supri-lo. Ribeiro (1996, p. 437) também concorda com essa ideia sobre o projeto de branqueamento, na sua afirmação de que “[...] a população gringa resultante do empreendimento da colonização branqueadora ocupa, hoje, uma vasta ilha nos centros dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.”

O Império objetivava fazer dos imigrantes alemães cidadãos brasileiros, mas na prática a sua integração na vida política regional, ou até mesmo nacional, não foi facilitada. Aliás, o Império simplesmente deixou de lado esses imigrantes e com isso eles tiveram de construir o seu mundo, as suas vidas sozinhas. Piccolo (1994, p. 3) realça que “[...] o processo de construção do Estado Nacional articulado no Brasil durante o período Imperial, não só foi elitista como também excludente.”

Para Rambo (1994, p. 7), a base que regia as relações no mundo comunal do imigrante alemão encontrava-se na pequena propriedade, onde a família garantia a sua subsistência, comprometendo todos os membros a um pacto tácito de engajamento mútuo. Isto se estendia em um segundo plano para os vizinhos, com os quais se mantinha um compromisso de solidariedade, sem prejuízo da total autonomia sobre a propriedade e seu gerenciamento. Weber (1994, p. 269) destaca essa questão quanto à

[...] maior ou menor facilidade do nascimento de uma comunidade de intercâmbio social (no sentido mais amplo possível da palavra) está vinculada a aspectos extremamente exteriores das diferenças no modo de viver habitual, ocasionadas por alguma casualidade histórica, assim como à herança racial.

A escola e a educação, sendo prioridades, constituíram-se em um terceiro fator de integração comunal. Os imigrantes tiveram nela um dos elementos mais importantes do seu mundo. O quarto foco polarizador e fundamental foi a Igreja e seus cultos; muito religiosos, os imigrantes encontravam neles uma grande parte da sua razão de ser. Em uma autêntica comunidade teuto-brasileira não faltavam associações, clubes, sociedades, nos quais se praticava o lazer e o esporte, cantava-se e fazia-se teatro.

Weber (1994, p. 270) apresenta outras indicações sobre esse assunto, quando, para ele,

[...] os efeitos da adaptação ao habitual e as recordações da juventude continuam atuando nos imigrantes, como fonte do “sentimento de apego à terra natal”, mesmo quando estes se adaptaram tão completamente ao novo ambiente que um retorno ao país de origem lhes seria insuportável (como ocorre com a maioria dos alemães na América). Nas colônias, a relação interna dos colonizadores para com o país de origem sobrevive até a fortes misturas com os habitantes locais e a consideráveis modificações tanto do patrimônio tradicional quanto do tipo hereditário.

Esse era o mundo que o imigrante alemão costumava chamar de *Heimat*, de terra natal, o mundo que o vira nascer, crescer, ficar adulto, envelhecer e em cujo chão pedia para ser enterrado. Mesmo e apesar do isolamento, “[...] sabiam bem que aqui teriam de viver, tanto mudara seu país de origem e tanto haviam mudado eles próprios afastando-se dos padrões europeus, na linguagem e nas aspirações”, afirma Ribeiro (1996, p. 439).

Muitas dessas bases de relações, elementos da tradição puderam ser perpetuados, outros tantos tiveram de ser substituídos, e a imensa maioria adaptada às novas circunstâncias. Portanto, um desses elementos da tradição que se trata é o fator de integração comunal: a escola e a educação. Deve-se lembrar de que esses imigrantes vivenciaram toda essa organização política e social da Alemanha para se tornar um Estado, conforme já mencionado. Esses imigrantes vieram de diversas regiões da Alemanha, por isso as características socioculturais também são diferenciadas. No Sul, alerta Willems (1980, p. 38), os processos de fusão cultural subsequente faziam com que as formas culturais do Hunsrück absorvessem as demais, deixando assim a impressão de uma homogeneidade que a princípio não existira. Analisaram-se os acontecimentos do Sul do Brasil baseados nos acontecimentos da Alemanha do século XIX e no transplante cultural, mediante seus instrumentos de comunicação, discussão e orientação que é o jornal. Ainda para Willems (1980, p. 31), “[...] os imigrantes germânicos abandonam uma cultura em plena mudança e, em grande parte, por causa dessa mudança.”

Quando, em estudos anteriores,⁴ analisou-se uma das características do teuto-brasileiro, a de viver em sociedade, em clubes, e nesses locais conviver com pessoas e lá praticarem o Turnen, o qual era constituído do lazer, da prática de exercícios físicos, do coral, do teatro, da prática da esgrima, entendeu-se que essa prática era uma das maneiras de preservar a identidade étnica, somada a importância dada à educação.

Seyferth (1982, p. 3-12) entende identidade étnica como a que está relacionada

[...] à ideia de germanidade, apresentando todas as características de uma ideologia étnica. É um grupo cuja ideologia étnica se orienta a partir de representações tomadas de uma concepção nacionalista, ou seja, aquela que foi introduzida na comunidade através de determinadas instituições consideradas alemãs como a imprensa, a escola, as sociedades de tiro, a Igreja Evangélica.

Para essa discussão utilizaram-se publicações de artigos em jornais, os quais tratam sobre as questões de identidade e cultura entre os elementos do grupo teuto-brasileiro e de alemães. É sabido que no transcorrer dos anos essa discussão tem dado elementos para que se possa entender melhor o que se passava e como era a vida dos teuto-brasileiros e dos alemães. A pergunta principal é: como este grupo não se inseriu de imediato na cultura brasileira? Em continuidade, como sobreviveu afastado dos grandes centros? Aqui cita-se uma afirmação de Altmann (1991, p. 26), que esclarece de uma forma o que se passou, ou seja:

[...] organizava-se a escola primeiro: a igreja vinha depois. Todos os imigrantes eram alfabetizados e não queriam ver seus filhos crescerem analfabetos. Assim a construção e instalação da escola era a primeira tarefa comunitária [...]

O entendimento de cultura para este grupo está mais esclarecido em Fene-
lon (1983, p. 72) que:

No geral passa a ser entendida como produção e criação da linguagem, da religião, dos instrumentos de trabalho, das formas de lazer, da música, da dança, dos sistemas e relações sociais e de poder. Nesse caso, a cultura passa a ser também o campo no qual a sociedade inteira participa elaborando seus símbolos e signos, suas práticas e seus valores, o que ainda constitui debate importante entre os antropólogos, levando questões conceituais na teorização sobre cultura e suas investigação.

Para Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 1.940) o conteúdo cultural das dicotomias étnicas parece ser analiticamente de duas ordens, ou seja:

- 1º) sinais ou signos manifestos – os traços diacríticos que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como o vestuário, a língua, a moradia, ou o estilo geral de vida;
- 2º) orientações de valores fundamentais – os padrões de moralidade e excelência pelos quais as ações são julgadas.

Outra discussão para este texto é a de Greverus (1981, p. 223). A autora discute sobre etnicidade e o gerenciamento da identidade sobre os movimentos atuais, mas que de uma forma pode auxiliar no entendimento do período em discussão. Para ela, o termo “gerenciamento da identidade ou gerenciamento

identitário” expressa mais incisivamente o aspecto organizacional, incluindo as constelações de manipulação e dependência dos “gerenciados”. O gerenciamento identitário visa à confirmação, defesa e melhoria de uma identidade: nesse caso, de uma identidade étnica. Entretanto, nesse caso, muitas vezes, não se trata da ameaça da identidade étnica, mas de fenômenos sociais bem diferentes, que visa consolidar ou superar com a ajuda da etnicidade. Nesse caso específico haviam acontecido dois momentos claros: o primeiro quando do discurso do Brummer⁵ e o segundo em relação às publicações do *Jornal Geral para o Professor* no Rio Grande do Sul (1901/2 a 1938). Sugere-se a leitura da obra de Lesser (2001), o qual trata de casos semelhantes quanto à presença dos japoneses no Brasil. Portanto, os elementos provocativos trazidos a este texto deixam claro como o estrangeiro e seus descendentes tiveram de administrar sua vida culta e identitária ao longo dos anos e como tiveram de ceder no aspecto cultural.

A luta pela preservação era traduzida como “escola”. Na e pela escola é que o teuto-brasileiro sobrevive culturalmente. Kreutz (1998, p. 145) relata que “[...] nos anos de 1930 havia uma rede de 1.041 escolas comunitárias, com 1.200 professores, sendo que quase não havia analfabetos nessas regiões.” Havia um projeto de estrutura com uma vinculação liderada pelas igrejas católicas e luteranas. Exemplificam-se as preocupações descritas com uma carta do Pastor e diretor da escola Siegfried Heine⁶ de Vila Teresa⁷ a amigos residentes na Alemanha, demonstrando com isso o abandono do governo aos imigrantes, os quais tiveram de construir aquilo que era o mais necessário para suas sobrevivências fisiológicas, religiosas e culturais.

Vila Tereza, fevereiro de 1930.

Mui respeitados amigos das escolas alemãs no exterior!

A Sociedade Escolar alemã em Vila Tereza, em 1º de abril do ano de 1929, confiou-me a direção de sua escola.

Movidos com a preocupação pelo desenvolvimento de nossa escola alemã e o bem-estar de nossos irmãos e irmãs alemães no Sul do Brasil, atrevo-me a dirigir-me a alguns parentes e personalidades na distante pátria alemã com um cordial e urgente pedido. Trata-se de uma simples construção de escola para quatro – cinco classes em Vila Tereza, uma Vila quase totalmente alemã. O prédio escolar atual é uma antiga casa de negócios que de maneira

nenhuma atende às necessidades, é periclitante e infestado por insetos ruins. Durante anos, por falta de professores, pastores e dinheiro o germanismo e com isto também a escola alemã foram muito negligenciados. O espírito francês toma cada vez mais raízes no Brasil. Pastores e professores têm a obrigação de concentrar suas forças, ser responsáveis para que a cultura alemã em seu significado é quase impossível avaliar, é um expoente extremamente importante do germanismo no exterior. Com a escola alemã o germanismo permanece, e cai no Brasil.

Não resta outra alternativa para os diretores de escolas estrangeiras, se querem alcançar algo para seu germanismo no mundo distante, sempre devem voltar à sua pátria para pedir auxílio. Com certeza as comunidades alemãs cumprem sua obrigação para igreja e escola. Mas juntamente em relação às escolas havia desunião entre os alemães, a influência de outras diferentes, no ambiente alemão, mas especialmente as concorrências das escolas governamentais brasileiras que aparecem fortemente não cobram contribuições escolares.

Ajudem-me, por favor, para terminar nossa escola. Os custos da obra importantem em torno de 18 000 Marcos. Apenas uma pequena parte deste valor o povo local consegue angariar. O valor principal tenho que pedir e repetidas vezes novamente pedir ao reich alemão e às sociedades interessadas no germanismo no estrangeiro da Alemanha.

Pastor Siegfried Heine

Vê-se aí a preocupação em manter uma escola e com ela a cultura desses descendentes. A preocupação de um pastor que não tinha somente a função religiosa/teológica, mas também a função de educador. Lembrando da necessidade de um luterano ser alfabetizado para poder acompanhar a leitura da Bíblia e a necessidade para a sua Confirmação (Comunhão).

Entende-se germanismo como o que Seyferth (1982, p. 46) conceitua, ou seja:

[...] a Volkstum alemã, o germanismo ou germanidade, a essência da Alemanha, representando o mundo teutônico. Deutschtum engloba a língua, a cultura, o Geist (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo o que está relacionado a ela, mas como nação e não como Estado. Volkstum e Deutschtum, portanto, trazem consigo a ideia de que a nacionalidade é herdada, produto de um desenvolvimento físico, espiritual e moral: um alemão é sempre um alemão, ainda que tenha nascido em outro país.

[...] o Deutschtum e Volkstum não significam apenas falar a língua alemã ou pertencer à comunidade étnica alemã. Significam também a cultura popular puramente germânica, implicam o conhecimento dos poetas, pensadores e literatos de língua alemã, da música alemã.

Esclarecidos esses vocábulos, os quais foram muito utilizados para que em um período pudesse justificar atitudes, buscou-se, para auxiliar no entendimento do que se está discutindo, o texto de Frederik Schulze (2008), o qual analisa e discute o discurso protestante alemão sobre a imigração alemã no Brasil com base no periódico *Der Deutsche Ansiedler* (O colonizador alemão). A análise central é o discurso sobre a preservação da germanidade e do protestantismo no Brasil, a sua autoimagem tanto positiva quanto negativa do outro e a construção de ameaças a este consenso. Para Schulze (2008, p. 26), entendendo que a escola é o local de manutenção, divulgação do germanismo, esta e as suas mantenedoras sofrem pela sua manutenção e seguindo a queixa do autor da carta:

A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895 é condenada como “guerra guerrilha da mais miserável e pior espécie”, o Estado é descrito como despótico e corrupto. Além disso o discurso critica o positivismo e o nativismo do governo. Nativismo tem dois significados no presente discurso. A palavra exprime o esforço do Estado, principalmente desde 1889 e parcialmente já durante o Império, de aculturar os colonos alemães “forçosamente” por meio de acabar com o isolamento dos colonos alemães através de um fluxo imigratório não alemão, de negar os interesses dos colonos e de substituir instituições alemãs por lusófonas. “O governo brasileiro tenta, especialmente com a abertura de escolas primárias gratuitas, desprestigiar as escolas comunitárias alemãs para corromper a língua e o costume alemão”.

Para entender a vida dos imigrantes e o que os levou a permanecer na sua cultura e lutarem por ela é traduzida no que, em apenas uma frase, Altmann (1991, p. 26), ex-professor, relata em sua obra na carta que sua avó escreve aos irmãos na Alemanha e nos Estados Unidos: “[...] temos vivido em plena floresta do Brasil como pequenos reis, livres e independentes. O governo não nos ajuda nem nos atrapalha [...]”

3 CONCLUSÃO

Voltando às considerações de Rambo, o qual cita nas páginas anteriores, o terceiro e quarto fator de integração comunal: a escola e a educação e a Igreja e seus cultos, ao que se somaria aqui como um quinto fator que caracterizaria o

lazer, não menos importante, mas que contribuiu muito para a afirmação da identidade do alemão e seus descendentes, a forte participação das sociedades como locais de práticas do Turnen. Muito discutido, o Turnen não era somente a prática da ginástica, mas somado a elementos como o teatro, o canto coral, a existência de bibliotecas, o bolão e outros que faziam parte importante na afirmação da identidade do alemão e seus descendentes. Todos esses fatores, demonstrados em outras publicações, sofreram de uma forma ou outra, situações ou tentativas de desconstrução, muitas vezes agressivas e desumanas daquilo que lhes era mais importante, a identidade.

The affirmation of identity

Abstract

This article discusses issues relating to identity, Germanism and culture within an ethnic group that for years had to live with the search for affirmation. The neglect of the government that there was this need to protect culturally, and that after 180 years, is not yet clear on how many survived the experience of deconstruction of his identity. Some elements of German culture were discerned with greater emphasis as identifiers of being German, including schools, associations, the practice of the language and practice of Turnen. Not all documentary sources, those that still exist have been worked and regrets are lost for various reasons.

Keywords: Identity. Germanism. Culture.

Notas explicativas

¹ Sugiro a leitura da obra de Norbert Elias. *Os Alemães: A Luta pelo poder e a evolução do Habitus nos séculos XX e XX*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. Cap. 5: *Uma Digressão sobre o nacionalismo*. p. 117-158.

² Identificados como evangélicos, luteranos e protestantes. Conforme Witt (1999, p. 8) “[...] considerando-se a perspectiva histórica, a designação de protestante para os que pretendiam a reforma da Igreja, está ligada aos acontecimentos durante a Dieta Imperial Alemã em Speyer, em 1529. Naquela oportunidade, os príncipes alemães que tinham aderido à Reforma ergueram um protesto frente à tentativa de decretar a proibição

da continuidade do movimento. Desse modo, os luteranos e outros defensores da Reforma passaram a ser conhecidos como protestantes.” Para complementar utilizo a explicação de Isabel Cristina Arendt na sua Tese: “[...] a expressão ‘evangélico-luterano’ designado a pessoas ou entidades, como as escolas evangélicas, ligadas ao Sinodo Rio-grandense e/ou a comunidades evangélicas, relacionadas ao que atualmente é a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil-IECLB. Desde 1910, com o advento do Pentecostalismo, o conceito “evangélico” vem sendo aplicado sempre mais a este grupo. Faz-se, pois, necessária essa distinção.”

- ³ Maiores detalhes sobre esse processo ver em SEYFERTH, Giralda. *Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*, 1998. p. 41-58. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. p. 199-228. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- ⁴ TESCHE, Leomar. A Prática do Turnen entre Imigrantes Alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul: 1867-1942. Ijuí: Ed. Unijuí, 1996.
- ⁵ Termo discutido em TESCHE, Leomar. O Turnen, a Educação e a Educação Física nas Escolas Teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul: 1852-1940. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. p. 130.
- ⁶ Documento localizado no Evangelisches Zentralarchiv in Berlin (EZA) und Landeskirchliches Archiv Berlin-Brandenburg (LABB).
- ⁷ Hoje, Vera Cruz, Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Friedhold. **A Roda**. Memórias de um professor. São Leopoldo: Sinodal, 1991.

DREHER, Martin N. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 10, p. 73-90, dez. 1983.

GREVERUS, Ina-Maria. Ethnizität und Identitätsmanagement. **Schweizerische Zeitschrift für Soziologie**, n. 7, p. 223-232, 1981.

HEBERLE, Roberto. Disponível em: <http://www.angelfire.com/dc/jor_municipios/port/legionarios.html>. Acesso em: 1 mar. 2009.

KREUTZ, Lúcio. Muito empenho pelas escolas. In: FISCHER, Luis Augusto; GERTZ, René E. (Ed.). **Nós, os teuto-gaúchos**. 2. ed. Porto Alegre, 1998.

_____. **O Professor Paroquial**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 7. ed. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1989.

OBERACKER JÚNIOR, Carlos H. Jorge Antônio von Schaeffer. Porto Alegre: Metrópole, 1975.

OS LEGIONÁRIOS ALEMÃES “BRUMMER” (Nas Guerras contra Oribes e Rosas e do Paraguai). Disponível em: <http://www.angelfire.com/dc/jor_municipios/port/legionários.html>. Acesso em: 1 mar. 2009.

PICCOLO, Helga. Os alemães que viraram gaúchos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 jul. 1994. Caderno Cultura Especial, p. 3.

PORTO, Aurélio. **Trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Santa Terezinha, 1934.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

RAMBO, Artur Blásio. Os alemães que viraram gaúchos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 jul. 1994. Caderno Cultura Especial, p. 7.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHULZE, Frederick. O discurso protestante sobre a germanidade no Brasil. Observações baseadas no periódico Der Deutsche Ansiedler 1864-1908. **Espaço Cultural**, Marechal Cândido Rondon: Ed. Unioeste, v. 9, n. 19, p. 21-28, jul./dez. 2008.

SEYFERTH, Giralda. **Construindo a nação**: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização, 1998.

_____. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: FCC, 1982.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 199-228.

TESCHE, Leomar. **A Prática do Turnen entre Imigrantes Alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul: 1867-1942**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1996.

_____. **O Turnen, a Educação e a Educação Física nas Escolas Teuto-brasileiras, no Rio Grande do Sul: 1852-1940**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

TUBINO, Nina. **A Germanidade no Brasil**. Porto Alegre: Sociedade Germânia, 2007.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 3. ed. Tradução Johannes Winckelmann. Brasília, DF: Ed. UnB, 1994.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

WITT, Osmar. Por que os luteranos são chamados de protestantes? **Jornal Evangélico**, Porto Alegre, v. 27, n. 622, p. 8, jul. 1999.

Recebido em 16 de março de 2009

Aceito em 15 de abril de 2009